

INTEGRAÇÃO ENTRE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ATENÇÃO PRIMÁRIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA ORGANIZAÇÃO DO CUIDADO TERRITORIAL

Vigilância em Saúde; Atenção Primária à Saúde; Organização do Cuidado; Trabalho Interprofissional; Integralidade da Atenção.

Introdução

A integração entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Primária à Saúde (APS) é um dos eixos estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS), ao possibilitar a articulação entre ações de promoção, prevenção, vigilância e cuidado contínuo no território. Essa articulação é fundamental para a integralidade da atenção e para o enfrentamento dos determinantes sociais do processo saúde-doença, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e ambientais. Apesar dos avanços normativos e conceituais, ainda persistem desafios para sua consolidação na prática, sobretudo relacionados à fragmentação dos processos de trabalho, à comunicação insuficiente entre equipes e à baixa articulação entre planejamento e vigilância no cotidiano dos serviços. Nesse cenário, torna-se relevante analisar como essa integração se materializa nos territórios e quais potencialidades emergem a partir das experiências locais.

Métodos

Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. A construção da experiência ocorreu no âmbito de uma Residência Multiprofissional em Vigilância em Saúde, em três Centros de Saúde da Família no interior do estado do Ceará. As atividades foram desenvolvidas em cenários da APS, envolvendo residentes, preceptores e profissionais dos serviços, incluindo Agentes Comunitários de Saúde, enfermeiros, técnicos de enfermagem e equipe multiprofissional (eMulti). O processo foi conduzido por meio de encontros coletivos e rodas de conversa, nos quais foram discutidas as práticas de Vigilância em Saúde no cotidiano da APS, os fluxos de comunicação entre as equipes e a organização do processo de trabalho no território. As informações analisadas foram produzidas a partir de registros de campo e das reflexões compartilhadas durante as atividades, sendo sistematizadas de forma descritiva, com foco na identificação dos desafios e potencialidades da integração entre Vigilância em Saúde e APS.

Resultados / Discussão

A experiência evidenciou que a integração entre Vigilância em Saúde e APS ainda enfrenta desafios importantes no cotidiano dos serviços, especialmente relacionados à fragmentação das ações, à comunicação limitada entre equipes e à dificuldade de consolidação de um planejamento compartilhado. Essas fragilidades impactam diretamente a organização do cuidado e a capacidade de resposta às necessidades do território. Por outro lado, foram identificadas potencialidades relevantes, como o fortalecimento do trabalho interprofissional, a ampliação da leitura do território e o reconhecimento do papel estratégico da APS na identificação precoce de riscos e agravos. As discussões coletivas favoreceram a aproximação entre os profissionais e estimularam reflexões sobre o processo de trabalho, contribuindo para a construção de práticas mais articuladas e resolutivas. Destaca-se ainda que os espaços de discussão funcionaram como dispositivos de educação permanente, promovendo a reflexão crítica sobre a prática e incentivando maior articulação entre vigilância, planejamento e cuidado no cotidiano dos serviços.

Considerações Finais

A integração entre Vigilância em Saúde e APS configura-se como elemento essencial para a qualificação do cuidado territorial no SUS. Apesar dos desafios relacionados à organização dos processos de trabalho, a experiência analisada evidencia que essa articulação fortalece o trabalho interprofissional, amplia a capacidade de análise do território e contribui para uma atenção mais integrada e resolutiva.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 set. 2017. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 ago. 2018.